

sucessão, partidos e regime

(Para os "Diários Associados")

Raul PILLA

(Deputado pelo Partido Libertador)

do as operações preliminares, a que se reduzirão os partidos nacionais? Nem como simples ficção se poderão manter, se numa questão essencialmente nacional, como é a eleição do Presidente da República, as secções do mesmo partido tomam posição diferente, senão antagonica, para se aliarem, nos Estados, a secções de partidos adversos.

xx

Tudo está, pois, a demonstrar que nenhum passo adiantamos em matéria de usos e costumes políticos. Estamos reincidindo nas mesmas práticas que há trinta anos se condenavam, e isto depois de uma revolução vitoriosa, cujo objetivo era, precisamente, extirpa-las. Tudo se está reduzindo, como outrora, á vontade do Presidente da República e á conivência de alguns governadores de maior categoria.

E tão natural ou inevitável se afigura já esta viciosa prática, que um jornalista appareceu, para sustentar a necessidade de conceder ao Presidente mais um ano de governo, a fim de quebrar-se a coincidência dos mandatos que, no pensamento dos constituintes, deveria, justamente, corrigir-lhe a indébita intervenção na escolha dos governadores e na eleição do seu proprio successor.

Como se explica, porém, que, depois de tantos esforços, tantas lutas, tantos sacrificios, estejamos sempre no ponto de partida, senão ainda mais atrás? A razão da anomalia é que, visando unicamente os efeitos, nunca remontamos ás causas, para as remover. E, como as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, tudo continua como dantes, senão fica pior do que antes.

A hipertrofia do poder executivo, a politica dos governadores, a impossibilidade de verdadeiros partidos nacionais, tudo tem por causa essencial o mecanismo de governo, que com a República se instituiu. Entretanto, como se desconhecemos esta verdade tantas vezes proclamada e comprovada, chegado o momento das reformas, esquecemo-nos da mais fundamental de todas, depois do voto secreto e obrigatório, e persistimos no regime politico condemnado por sessenta anos de amarga experiencia.

xx

Estreita é, realmente, a relação entre regime politico e partidos. São estas formações naturais, que exigem certas condições para nascer

e viver. E o regime é parte importante do ambiente social, em que eles atuam. Não se criam partidos por decreto; por decreto apenas se podem fantasiar apparencias de partidos. Inútil será, por isto, reconhecer-lhes a utilidade, proclamar-lhes a necessidade, se ao mesmo tempo não se cuida de oferecer condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

Explica-se facilmente a estreita dependencia existente entre partidos e regime politico. Que são, com efeito, os partidos? Organização das varias correntes da opinião pública. Sem opinião pública viva e ativa, não póde, pois, haver partidos. Na ditadura, que prescinde da opinião pública, não há lugar para partidos; nos regimes em que pouco efetiva é a opinião pública, ineficientes e precários serão também os partidos; verdadeiros partidos sómente nos regimes sensíveis á opinião pública podem sobreviver e prosperar. Por isto, na monarchia parlamentar tivemos dois grandes partidos nacionais — o liberal e o conservador; e, por isto, ficamos sem partidos na república presidencial.

E' o que estamos na iminencia de verificar, ainda uma vez. A estrutura dos nossos grandes partidos nacionais começa já a estalar, está-se ferdendo e ameaça desconjuntar-se por motivo do proximo pleito presidencial. Como não ser assim, se o único fator ponderoso, no actual regime, são o Presidente da República e os Governadores e deles pende, em suma, a feitura dos successores? Que importam os partidos, se a chave do problema se acha nas mãos dos titulares do Poder Executivo, nos Estados e, principalmente, na União? Debalde as direcções partidárias pretenderão preservar a coesão e a unidade das suas agremiações; mais forte do que os seus louváveis esforços será a logica do regime que, debilitando ou dispensando a opinião pública, também dispensa ou debilita os partidos.

xx

Como corrigir tão graves falhas da nossa vida pública? Feito o diagnóstico do mal, indicado está também o remédio. Se realmente se quer fortalecer os partidos e, mais do que isto, preservar a democracia representativa, mais do que necessario, urgente é substituir o regime presidencial pelo parlamentar, o regime que prescinde da opinião, pelo regime que na opinião repousa essencialmente.

Ainda é tempo de fazer a reforma que, transpondo inteiramente os termos do problema successório, nos evitará uma crise perigosa e fatal, talvez, ás instituições livres.

Porto Alegre, 5-1-1949.

ESTABELECIDOS, a principio, por decreto e consagrados, depois, pela propria Constitução da República, não passam os partidos nacionais, em nosso país, de entidades artificiais e precárias, que as circunstancias congregaram e as circunstancias poderão desagregar. Sobejamente conhecidas são as contradicções internas de que padecem as nossas maiores organizações partidárias, para que se lhes possa negar a ingénita debilidade organica. De toda fórma, a dura prova vai submeter-se-lhes a estrutura na campanha successória, que todos sabem iniciada.

De um dos nossos mais illustres e dignos parlamentares ouvi eu, ainda em plena Assemblia Constituinte, o vaticinio que os partidos nacionais não resistiriam aos embates da primeira successão presidencial; e tudo indica que os acontecimentos começam a dar-lhe razão.

Que estamos nós vendo, com efeito? De acordo com a teoria dos partidos nacionais, a eles caberia formular e equacionar o problema, e ao eleitorado, resolve-lo em última instancia. Entretanto, tal como antes da revolução de 1930, o fator máximo da successão parece continuar sendo o Presidente da República. Da intimidade do seu conselho safu uma das duas ou tres candidaturas até agora esboçadas. Chegará ella a formalizar-se e impor-se? Dado o feitiço reticente e abscosso do sr. Eurico Dutra, não é fácil preve-lo, mas o fato é que no seu imaginado apoio consiste a maior força da candidatura ministerial.

Já ninguem estranha que o Presidente da República esteja influenciando, ou venha a influir na designação do proprio successor. E publicistas appareceram que, esquecidos dos combates outróra feridos contra a abusiva intervenção presidencial, sustentam ser ella natural e necessária, em face da índole mesma do nosso regime politico. Não só ao Presidente assiste o direito, mas também ao Presidente corre o dever de pôr a influencia do cargo e a força da máquina administrativa a serviço da candidatura da sua preferencia.

xx

E os partidos, que fazem? Os partidos temporizam ante o poder presidencial e as suas proprias dificuldades internas; aguardam que estas se resolvam e que se debilite aquele com aproximar-se o termo do mandato. E, enquanto aguardam, um novo perigo lhes surge pela frente: a velha e condenada politica dos governadores.

Realmente, se a questão successória passa a resolver-se em função de certos Estados da Federação, se já se fala num eixo Minas-São Paulo e se, para forja-lo, parecem estar-se realizando